



Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. – Saneouro

CNPJ/MF nº 35.198.517/0001-11

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Ativo		Passivo e patrimônio líquido		Receita líquida		Fluxo de caixa das atividades operacionais		Fluxo de caixa das atividades operacionais		Fluxo de caixa das atividades operacionais		Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Circulante		Circulante		Custo dos serviços prestados		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício	
Não circulante		Não circulante		Lucro (prejuízo) bruto		Total do resultado abrangente do exercício		Total do resultado abrangente do exercício		Total do resultado abrangente do exercício		Total do resultado abrangente do exercício	
Realizável a longo prazo		Realizável a longo prazo		Receitas e despesas operacionais		Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	
Fundos		Fundos		Gerais e administrativas		Resultado financeiro		Resultado financeiro		Resultado financeiro		Resultado financeiro	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		Imposto de renda e contribuição social diferidos		Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		Receitas financeiras		Receitas financeiras		Receitas financeiras		Receitas financeiras	
Depósitos judiciais		Depósitos judiciais		Prejuízo operacional antes dos impostos		Despesas financeiras		Despesas financeiras		Despesas financeiras		Despesas financeiras	
Outros créditos		Outros créditos		Imposto de renda e contribuição social diferidos		Prejuízo operacional antes dos impostos		Prejuízo operacional antes dos impostos		Prejuízo operacional antes dos impostos		Prejuízo operacional antes dos impostos	
Total do ativo circulante		Total do ativo circulante		Diferidos		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício	
Total do ativo não circulante		Total do ativo não circulante		Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício	
Total do ativo		Total do ativo		Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício	
				Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício		Prejuízo do exercício	
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.826	491	Receita líquida	14	43.743	31.276	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Contas a receber	7	10.540	7.098	Custo dos serviços prestados	15	(37.694)	(37.204)	Prejuízo do exercício		(10.630)	(16.651)		
Estoques		592	733	Lucro (prejuízo) bruto		6.049	(5.928)	Total do resultado abrangente do exercício		(10.630)	(16.651)		
Impostos a recuperar		229	621	Receitas e despesas operacionais				Prejuízo operacional antes do resultado financeiro					
Outros créditos		646	570	Gerais e administrativas	15	(6.272)	(6.805)	Resultado financeiro					
Total do ativo circulante	13.833	9.513	9.513	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	15	3	(41)	Receitas financeiras	16	2.558	2.547		
Não circulante				Prejuízo operacional antes dos impostos		(6.269)	(6.846)	Despesas financeiras	16	(18.431)	(14.986)		
Realizável a longo prazo				Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(220)	(12.774)	Total do resultado abrangente do exercício					
Fundo restrito	6	5.393	4.828	Resultado financeiro				Prejuízo do exercício					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	29.677	24.214	Receitas financeiras	16	2.558	2.547	Total do resultado abrangente do exercício					
Depósitos judiciais		753	186	Despesas financeiras	16	(18.431)	(14.986)	Prejuízo do exercício					
Outros créditos		17	21	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(15.873)	(12.439)	Total do resultado abrangente do exercício					
Total do ativo não circulante	90.162	71.782	71.782	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	13	10.000	10.000	Prejuízo do exercício					
Total do ativo	103.995	81.295	81.295	Capital social		10.000	10.000	Total do resultado abrangente do exercício					
				Prejuízos acumulados		(57.684)	(47.054)	Prejuízo do exercício					
				Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		103.995	81.295	Total do resultado abrangente do exercício					

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. – Saneouro (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 30 de julho de 2019. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Ouro Preto/MG, compreendendo a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em janeiro de 2020 e tem prazo de duração de 35 anos, contado da data da emissão da Ordem de Serviço. Situação financeira: A Companhia apurou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 10.630 (R\$ 16.651 em 31 de dezembro de 2022) e possui prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 57.684 (R\$ 47.054 em 31 de dezembro de 2022). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 6.864 e índice de liquidez corrente de 1,98, diferente do cenário apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujo capital circulante líquido era negativo no montante de R\$ 105.786 e índice de liquidez corrente de 0,08. O cenário do exercício de 2022 estava atribuído, substancialmente, à reclassificação das debêntures privadas de longo prazo para o curto prazo. A quebra de covenants ocorreu em 5 de dezembro de 2022, quando a Companhia adquiriu empréstimos com partes relacionadas (mútuos com sua controladora e com seus sócios minoritários), conforme mencionado na nota explicativa nº 10. Nesse contexto, a Companhia notificou a Kinea Investimentos Ltda., gestor do fundo de investimento detentor de debêntures sobre a captação desses empréstimos antes da data de aquisição deles. A Kinea Investimentos Ltda., levando em consideração a expansão da Companhia, analisou a geração de caixa, suas projeções de crescimento e concluiu que os investimentos em Capex, em 2022 e 2021, possibilitariam um crescimento constante e sólido nos próximos anos e emitiu sua concordância sobre a captação desses empréstimos através de uma carta confiante (waiver). Dessa forma, o contrato de debêntures privadas ficou amparado pelo “de acordo”, comprovado pelo “waiver” concedido em 24 de março de 2023. Conforme nota explicativa nº 9, o saldo das debêntures privadas foi segregado novamente entre curto e longo prazo nessas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, houve a liberação de novos recursos de empréstimos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 10. Esses novos recursos estão suportados pela carta confiante (waiver) concedida em 24 de março de 2023 pela Kinea Investimentos Ltda. A Administração da Companhia entende que, mesmo apresentando prejuízo operacional, não há indícios de descontinuidade operacional, levando em conta suas projeções de geração de caixa futuros que indicam pagamento de todas as obrigações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui o plano de negócios aprovado pela Administração, que contempla premissas que reforçam a evolução positiva dos índices financeiros e está pautado em: i) Reequilíbrio contratual gerando mais recursos; ii) Monitorar as faturas atrasadas para diminuição da inadimplência, através das seguintes ações: a) aplicação de descontos nas faturas residenciais, com objetivo de reduzir inadimplência, e b) reuniões com o poder concedente, Procon e Ministério Público para obter apoio nas cobranças atrasadas; iii) Redução de custos operacionais e aumento de produtividade gerando aumento das margens operacionais. A Administração da Companhia entende que as ações mencionadas acima possibilitam a manutenção de suas atividades operacionais e garantem a manutenção do caixa necessário para sua operação e cumprimento das obrigações futuras. Devido à grande importância dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário, a Companhia continua investindo na ampliação de suas estações de tratamento. Tais investimentos estão totalmente atrelados à expansão das estações de tratamento realizadas nos últimos anos, além de proporcionar o aumento da capacidade da prestação do serviço oferecido pela Companhia. **2. Políticas contábeis materiais**
2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábeis-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 28 de março de 2024. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1:** os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2. **2.4. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **2.4.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativo de contrato e outros créditos. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):** No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem o fundo restrito. **c) Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de

caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. • O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia). **d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **2.4.2. Passivos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem debêntures privadas, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, empréstimos com partes relacionadas outras obrigações. **c) Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modifi-

... continuação

Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. - Saneouro

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Contratos de concessão classificados como intangível e ativo de contrato:** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICP 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como intangível por meio de transferências entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização. **2.10. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil. A Companhia avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. **2.11. Custos das debêntures privadas:** Os custos das debêntures privadas atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.12. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.13. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.15. Tributos:** **Lucro real:** A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.16. Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela

prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações contábeis, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridos no exercício, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente em decorrência dos cortes dos períodos de leitura dos hidrômetros para emissão de cada fatura. Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo: **Receitas de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:** A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário que compreendem apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo da operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado e do consumo de água. A receita de outros serviços (gestão comercial) de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação, como também religação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. **Receitas de construção:** As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **2.17. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas. **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguros:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguros) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguros (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguros (como de vida, ramos elementares, ramo direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: i) Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 - Divulgação de políticas contábeis:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 32/IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação:** As alterações ao IAS 12 Income tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplica mais a transações que geram diferenças temporárias tributárias e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.19. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 06/IFRS 16 - Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser publicado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis), para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se contratos de debêntures privadas existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa), e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de

fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Análise dos contratos de arrendamento:** A Companhia analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Nessa análise, a Companhia utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão. A Administração da Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **3.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas históricas e esperadas. Ao mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. A avaliação da correlação entre a perda histórica observada, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre a provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber está divulgada na Nota 7. **Tributos diferidos:** O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de prejuízos fiscais acumulados, provisão para perda de crédito esperada, provisão de notas fiscais e provisão para ações judiciais. O julgamento significativo

da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Contabilização dos contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro. **Reconhecimento da receita e custos de construção:** Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção. **Reconhecimento da receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **Provisão para ações judiciais:** A Companhia reconhece a provisão para ações judiciais relacionada a causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Gestão de riscos:** **4.1. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro:** Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito, contas a receber de clientes, ativo de contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a debêntures privadas, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, empréstimos a pagar com partes relacionadas e outras obrigações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros e risco de câmbio. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. **Risco de taxa de juros:** Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de mercado. O risco de taxa de juros de mercado engloba mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. **Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos, empréstimos com partes relacionadas, e aplicações financeiras:

Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável)		Cenário II (+ 25%)		Cenário III (+ 50%)	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDI		13,04%	(*)	16,30%	9,78%	19,56%	6,52%
Fundo restrito	5.393	6.096		6.272	5.920	6.448	5.745
IPCA + 6,69%		11,31%	(*)	14,14%	8,48%	16,97%	5,66%
Debêntures privadas	(116.897)	(130.119)		(133.425)	(126.814)	(136.731)	(123.508)
CDI + 3% a.a.		16,04%	(*)	20,05%	12,03%	24,06%	8,02%
Empréstimos com partes relacionadas	(28.712)	(33.317)		(34.469)	(32.166)	(35.620)	(31.015)
(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI e IPCA acumulados em 31 de dezembro de 2023).							
		31/12/2023		31/12/2022			
Empréstimos com partes relacionadas (mútuos)		(28.712)	(3.040)				
Outras obrigações		(178)	(123)				
Total do passivo financeiro		(149.908)	(116.468)				
Ativos e passivos financeiros, líquidos		(126.995)	(99.729)				
4.3. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quotientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:							
		31/12/2023		31/12/2022			
Debêntures privadas		116.897	111.483				
Empréstimos com partes relacionadas (mútuos)		28.712	3.040				
(-) Caixa e equivalentes de caixa		(1.826)	(491)				
(-) Fundo restrito		(5.393)	(4.828)				
Dívida líquida		138.390	109.204				
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(47.684)	(37.054)				
Total do capital		90.706	72.150				
Índice de alavancagem		153%	151%				
5. Caixa e equivalentes de caixa							
		31/12/2023		31/12/2022			
Caixa		1	3				
Bancos		1.028	486				
Aplicações financeiras		797	-				
		1.826	491				
As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023.							
6. Fundo restrito							
		31/12/2023		31/12/2022			
Aplicações financeiras restritas		5.393	4.828				
		5.393	4.828				
Ativo circulante		-	-				
Ativo não circulante		5.393	4.828				
		5.393	4.828				
O fundo restrito representa aplicações financeiras atreladas ao rendimento do CDI. Esse saldo possui a utilização vinculada a contratos de debêntures privadas da Companhia e se faz necessário para cumprimento da garantia estipulada na cessão fiduciária. São remuneradas a uma variação de 95% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (100% em 31 de dezembro de 2022).							
		31/12/2023		31/12/2022			
Ativos financeiros pelo custo amortizado		1.826	491				
Caixa e equivalentes de caixa		10.540	7.098				
Contas a receber de clientes		4.491	3.731				
Ativo de contrato		663	591				
Outros créditos		17.520	11.911				
Total do ativo financeiro		22.913	16.739				
Passivos financeiros pelo custo amortizado		(116.897)	(111.483)				
Debêntures privadas		(4.028)	(1.789)				
Contas a pagar de fornecedores		(93)	(33)				
Contas a pagar de partes relacionadas							

continua ...

... continuação									
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. - Saneouro									
7. Contas a receber									
Contas a receber de clientes (i)	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022			
Outras contas a receber	14.287	12.852	De 91 a 180 dias	631	757	De 181 a 360 dias	1.401	1.326	3.671
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (ii)	(3.747)	(5.757)	Acima de 360 dias	7.466	10.404				
	10.540	7.098	A vencer:						
(i) Referem-se ao faturamento de consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuados pela Companhia. A própria Companhia é responsável pela cobrança junto aos consumidores finais. (ii) O critério para constituição da PECLD reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 360 dias. Adicionalmente, a Companhia também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente e seu histórico de perdas. Esse critério de PECLD foi implementado a partir de outubro de 2022, momento em que as faturas começaram a ser emitidas pelo consumo e não mais por uma taxa, antes a provisão da PECLD era considerado 180 dias dos títulos a receber e 90 dias para os parcelamentos, para não perde histórico até outubro 2022 a Companhia manteve o histórico de provisão realizada em períodos anteriores, atualizando subsequentemente a política após o período mencionado, essa mudança foi necessária a fim de recuperar o saldo provisionado em PECLD, a Companhia implementou várias ações: i) programa de desconto (em juros/multa) e parcelamento das faturas em atraso; ii) negatização e corte de matrículas que não aderiram ao programa de desconto e parcelamento; e iii) forte comunicação com a população para a renegociação de dívidas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir os riscos de perdas existentes. As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas abaixo:									
Vencidas:	31/12/2023	31/12/2022							
Até 30 dias	1.061	1.738							
De 31 a 60 dias	424	1.524							
De 61 a 90 dias	247	1.388							
9. Intangível									
Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023				
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (i)	38.646	8.316	-	(2.191)	44.771				
Software	153	-	-	1	154				
Móveis e utensílios	273	12	(2)	-	283				
Máquinas e equipamentos	359	1.249	(2)	2.622	4.228				
Equipamentos de informática	366	31	-	143	540				
Veículos	222	7	-	-	229				
Instalações e benfeitorias	466	-	-	75	541				
Edificações	-	746	-	1.795	2.541				
Ferramentas	21	2	-	(23)	-				
Direito de uso - arrendamento mercantil	599	-	(599)	-	-				
	41.105	10.363	(603)	2.422	53.287				
Amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023				
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (i)	(973)	(1.235)	-	198	(2.010)				
Software	(9)	(30)	-	(2)	(41)				
Móveis e utensílios	(60)	(28)	1	(87)	(87)				
Máquinas e equipamentos	(89)	(116)	-	(61)	(266)				
Equipamentos de informática	(141)	(107)	-	(46)	(294)				
Veículos	(45)	(134)	-	(179)	(358)				
Instalações e benfeitorias	(383)	(39)	-	(4)	(426)				
Edificações	-	(64)	-	(89)	(153)				
Ferramentas	(4)	-	-	4	-				
Direito de uso - arrendamento mercantil	(599)	-	599	-	-				
	(2.303)	(1.753)	600	(3.456)	(4.852)				
Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023				
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (i)	15.160	9.082	(113)	14.517	38.646				
Software	131	22	-	-	153				
Móveis e utensílios	259	14	-	-	273				
Máquinas e equipamentos	300	59	-	-	359				
Equipamentos de informática	277	89	-	-	366				
Veículos	74	148	-	-	222				
Instalações e benfeitorias	461	5	-	-	466				
Edificações	-	-	-	-	-				
Ferramentas	17	4	-	-	21				
Direito de uso - arrendamento mercantil	599	-	-	-	599				
	17.278	9.423	(113)	14.517	41.105				
Amortização	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022				
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (i)	(354)	(620)	1	-	(973)				
Software	(4)	(5)	-	-	(9)				
Móveis e utensílios	(33)	(27)	-	-	(60)				
Máquinas e equipamentos	(49)	(40)	-	-	(89)				
Equipamentos de informática	(75)	(66)	-	-	(141)				
Veículos	(6)	(39)	-	-	(45)				
Instalações e benfeitorias	(256)	(127)	-	-	(383)				
Edificações	-	-	-	-	-				
Ferramentas	(2)	(2)	-	-	(4)				
Direito de uso - arrendamento mercantil	(551)	(48)	-	-	(599)				
	(1.330)	(974)	1	(2.303)	(2.303)				
Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022	Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021				
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (i)	42.761	37.673	Móveis e utensílios	213	226				
Software	113	144	Máquinas e equipamentos	270	251				
Móveis e utensílios	196	213	Equipamentos de informática	225	202				
Máquinas e equipamentos	3.962	270	Veículos	177	68				
Equipamentos de informática	246	225	Instalações e benfeitorias	83	205				
Veículos	50	177	Edificações	17	15				
Instalações e benfeitorias	115	83	Ferramentas	17	21				
Edificações	2.388	-	Direito de uso - arrendamento mercantil	48	48				
Ferramentas	-	17	(i) Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações): correspondem às estações de tratamento de esgoto (elevatórias e redes) e estações de tratamento de água (reservatórios e redes). A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível estão divulgados na nota explicativa nº 2.9.						
Direito de uso - arrendamento mercantil	-	-		38.802	15.948				
	49.831	38.802							
Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021							
Captação, distribuição e coleta (redes e tubulações) (i)	37.673	14.806							
Software	144	127							
10. Debêntures privadas									
Debenturista	Série	Emissão	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022			
Vortex Distribuidora de Títulos	Única	24/05/2021	IPCA + 6,69%	24/05/2041	119.032	113.741			
(-) Custo de transação					(2.135)	(2.258)			
					116.897	111.483			
Passivo circulante					992	111.483			
Passivo não circulante					115.905	-			
					116.897	111.483			
Em 24 de maio de 2021, a Companhia teve sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, junto à Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., no montante de R\$ 100.000, que foi liberado em 31 de maio de 2021. Esse contrato de debêntures possui carência de pagamento de principal durante os três primeiros anos e, durante o período de carência, os juros são pagos semestralmente. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos semestralmente durante 17 anos, completando o prazo total da emissão de 20 anos. A totalidade dos recursos captados nas debêntures será utilizada para a implementação e exploração do projeto de universalização e melhorias no sistema de abastecimento de água e ampliação do sistema de esgotamento sanitário na sede da Companhia e em 12 distritos do município de Ouro Preto/MG. A movimentação das debêntures privadas é como segue:									
Saldo inicial	31/12/2023	31/12/2022							
Juros incorridos	111.483	105.166							
Amortização juros	(7.668)	(7.367)							
Amortização do custo de transação	123	123							
	116.897	111.483							
Cláusulas contratuais e outras informações: Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nesta Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas (i) ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, dos respectivos Juros Remuneratórios, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos a esta Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão; (ii) a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando, aos honorários do Agente de Liquidação, do Escriturador, da B3 e do Agente Fiduciário; e (iii) ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou execução das Garantias, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios incorridos na proteção dos interesses dos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas em favor dos Debenturistas, as seguintes garantias: i) Alienação fiduciária da totalidade de ações: Emissão da Emissora atualmente detidas pelos acionistas GS Inima e MIP Investimentos e Participações Ltda., nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" celebrado entre os acionistas GS Inima, MIP Investimentos, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures, e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e "Alienação Fiduciária de Ações"); ii) Cessão fiduciária, pela Emissora: Da totalidade dos direitos creditórios emergentes, presentes e/ou futuros, oriundos do Contrato de Concessão, observado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, incluindo, mas sem se limitar, (a) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes da prestação dos serviços no âmbito do Contrato de Concessão, e (b) o direito de receber todos e quaisquer valores que, sejam ou venham a se tornar exigíveis e de pagamento pelo Poder Concedente à Emissora, incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; (B) a totalidade dos direitos creditórios (incluindo receitas), presentes e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Administrador na qualidade de instituição depositária da Conta Reserva Vinculada e da Conta Vinculada Centralizadora, (conforme termos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados em tais contas, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária (conforme termo definido no Contrato de Cessão Fiduciária); (C) a totalidade dos direitos creditórios (incluindo receitas), presentes e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Bancos Arrecadadores Públicos (conforme termo definido no Contrato de Cessão Fiduciária) na qualidade de instituição depositária da Conta Arrecadação BB e da Conta Arrecadação CEF (conforme termos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados em tais contas, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária; (D) a totalidade dos direitos creditórios detidos pela Companhia em face das instituições seguradoras do Projeto, nos termos das respectivas apólices de seguros, bem como qualquer direito e crédito decorrente de novo seguro contratado pela Companhia relativo ao exercício da sua atividade, bem como referente a risco patrimonial e lucros cessantes, dos quais a Companhia seja beneficiária ou segurada, ou que venha a substituir as atuais apólices de seguro; (E) dos direitos creditórios oriundos dos Contratos do Projeto, (conforme definido no próprio Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo, mas não se limitando a multas, penalidades e apólices de seguro; e (F) da totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos de contratos de empréstimo, adiantamento ou mútuo celebrados pela Emissora, na qualidade de mutuante e suas acionistas na qualidade de mutuários ("Cessão Fiduciária de Recebíveis") nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos e Recebíveis e Outras Avenças" celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, conjuntamente com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia"). iii) Cláusulas contratuais restritivas - covenants: A Companhia possui em sua escritura de emissão de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 5 de dezembro de 2022, houve quebra de covenants, do contrato de debêntures privadas, devido a Companhia ter realizado um mútuo com sua controladora e com seus sócios minoritários conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Nesse contexto, a Companhia notificou a Kinea Investimentos Ltda., gestor do fundo de investimento detentores de debêntures sobre a captação desses mútuos antes da data de aquisição deles. A Kinea Investimentos Ltda., levando em consideração a expansão da Companhia, analisou a geração de caixa, suas projeções de crescimento e concluiu que os investimentos em Capex, em 2022 e 2021, possibilitarão um crescimento constante e sólido nos próximos anos e emitiu sua concordância sobre a captação desses mútuos através de uma carta conforto (waiver). Dessa forma, o contrato de debênture privada ficou amparado pelo "de acordo", comprovado pelo "waiver" concedido em 24 de março de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das debêntures privadas foi segregado, novamente, entre curto prazo e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato.									
11. Partes relacionadas									
	31/12/2023	31/12/2022							
Contas a pagar a pagar	Mútuo a pagar	Despesas financeiras	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)						
GS Inima Brasil Ltda. (i)	-	17.367	(1.505)	(733)					
Sócios minoritários (i)	-	11.345	(974)	-					
GS Inima Serviços de Saneamento Ltda.	93	28.712	(2.479)	(733)					
	93	28.712	(2.479)	(733)					
GS Inima Brasil Ltda. (i)	-	1.839	(15)	(612)					
Sócios minoritários (i)	-	1.201	(1)	-					
GS Inima Industrial S.A.	14	-	-	-					
GS Inima Serviços de Saneamento Ltda.	19	-	-	-					
	33	3.040	(16)	(612)					
(i) O saldo de R\$28.712 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.040 em 31 de dezembro de 2022) corresponde a um contrato de mútuo assinado em 02 de janeiro de 2023, captado entre a Companhia, a GS Inima Brasil Ltda. e seus acionistas minoritários. Esse mútuo é atualizado, mensalmente, pelo CDI acrescido de 3% ao ano. O contrato de mútuo possui vencimento em 31 de dezembro de 2037 e, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante de R\$28.712 e R\$ 3.040 encontra-se registrado no longo prazo. A movimentação do mútuo está demonstrada abaixo:									
Saldo inicial	31/12/2023	31/12/2022							
Captação de mútuos	3.040	3.024							
Juros incorridos no período	23.193	2.479							
	28.712	3.040							
12. Provisão para ações judiciais									
	31/12/2023	31/12/2022							
Contingências cíveis	1	-							
Contingências trabalhistas	92	10							
	93	10							
O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte da Companhia for provável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base na posição de seus consultores jurídicos, possui ações judiciais com probabilidade de perda definida como possíveis. A natureza e os valores dos processos de risco de perda possível é como segue:									
Natureza	31/12/2023	31/12/2022							
Reclamações trabalhistas	11	-							
Reclamações cíveis	459	348							
	459	359							
A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:									
Saldo inicial	31/12/2023	31/12/2022							
Constituição de provisão	10	10							
Reversão de provisão por pagamentos	(5)	-							
	93	10							
13. Patrimônio líquido (passivo a descoberto): 13.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$10.000 e está representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, demonstradas como seguem:									
	31/12/2023	31/12/2022							
GS Inima Brasil Ltda.	6.000	60%							
MIP Investimentos e Participações Ltda.	4.000	40%							
	10.000	100%							
13.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, por não ter apurado lucro operacional, a Companhia não possui saldo de reserva legal constituído. 13.3. Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias, atendendo ao percentual anual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, por não ter apurado lucro operacional, não houve distribuição.									
14. Receita líquida									
	31/12/2023	31/12/2022							
Receita bruta	13.545	14.596							
Serviços de construção (i)	8.682	4.817							
Tratamento de esgoto	27.518	15.196							
Tratamento de água	669	198							
Gestão comercial	50.414	34.807							
Deduções da receita	(549)	(303)							
PIS	(2.529)	(1.397)							
COFINS	(12)	-							
ICMS	(3.581)	(1.831)							
Descontos concedidos e receitas canceladas	(6.671)	(3.531)							
	43.743	31.276							
Receita líquida									
(i) As receitas de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às obras e investimentos necessários para o tratamento de água e esgoto realizados na cidade de Ouro Preto/MG. A Administração da Companhia entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.									
15. Custos e despesas por natureza									
	31/12/2023	31/12/2022							
Custo dos serviços prestados	(8.608)	(8.772)							
Pessoal	(2.103)	(2.223)							
Materiais	(3.617)	(2.852)							
Serviços de terceiros	(5.093)	(4.523)							
Energia elétrica	(1.682)	(913)							
Depreciação e amortização	(13.545)	(14.596)							
Obras civis (i)	(2.082)	(2.008)							
Aluguéis de equipamentos e veículos	(603)	(762)							
Combustíveis	(361)	(555)							
Outros custos com operação									
Total do custo dos serviços prestados	(37.694)	(37.204)							
(i) Os custos dos serviços de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às obras e investimentos necessários para o tratamento de água e esgoto realizados na cidade de Ouro Preto/MG. A Administração da Companhia entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.									
Receitas e despesas operacionais									
	31/12/2023	31/12/2022							
Despesas gerais e administrativas	(1.856)	(2.012)							
Pessoal	(50)	(79)							
Materiais	(1.504)	(1.016)							
Serviços									

... continuação

Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. - Saneouro

as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Emissão de debêntures:** Conforme descrito na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia emitiu, em 24 de maio de 2021, instrumento de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 100.000 mil. As debêntures foram emitidas para financiamento

de investimentos da Companhia em projetos de Sistema de Abastecimento de Água e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário na sede e em 12 distritos do município de Ouro Preto/MG e possui como garantia, Alienação fiduciária da totalidade de ações e Cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos da Companhia além de garantia de natureza fidejussória. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados pela Companhia, a mensuração dos instrumentos financeiros em suas demonstrações financeiras e a avaliação do cumprimento de cláusulas restritivas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a confirmação dos saldos em aberto com os debenturistas em 31 de dezembro de 2023, recálculo da atualização monetária, testes em bases amostrais, dos pagamentos efetuados no exercício, confronto dos valores registrados com o instrumento de emissão e com os atos societários devidamente aprovados pelos órgãos competentes. Também, focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a emissão dessas debêntures e sua classificação no passivo circulante e não circulante. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de mensuração dos instrumentos financeiros da Companhia derivadas da emissão das debêntures para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a

diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendi-

mento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de março de 2024.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP - 027.623/F
Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC SP - 175.536/O-5



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EA7D-202F-456C-C267> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EA7D-202F-456C-C267



Hash do Documento

CNRldsMkHmsZy6136KKUSPpmqnd34HkPbhOSJICyjhU=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/04/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 11/04/2024 17:08 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

